

## **Cidadania, trabalho, voto e antilusitanismo no Recife em 1860: os *meetings* no bairro popular de São José.**

Suzana Cavani Rosas\*

**RESUMO:** A presente exposição problematiza o antilusitanismo no Recife, procurando inseri-lo no contexto mais amplo das lutas por direitos civis e políticos, na década de 1860. Neste sentido, ela está centrada nos *meetings* organizados pelo republicano Borges da Fonseca que, após a Rebelião Praieira, ainda mobilizava a gente do bairro popular de São José, constituída de trabalhadores livres em geral, pequenos produtores e comerciantes nacionais.

**Palavras - chave:** cidadania, antilusitanismo, protesto popular.

**ABSTRACT:** This paper highlights the issue of antilusitanism in Recife, aiming to place it into the broader context of the struggles for civil and political rights, during the 1860's. In this appreciation, it is centered on the meetings organized by the republican Borges da Fonseca, who, after the Praieira Rebellion, still mobilized the people from the low-income São José neighborhood, constituted mainly by free workers in general, small manufacturers and national merchants.

**Keywords:** citizenship, antilusitanism, popular protestation.

Desde agosto de 1866, nas páginas do jornal *O Tribuno*, o republicano Borges da Fonseca, alertava o povo do Recife para a chegada de dois navios de guerra portugueses e o conclamava a comparecer a diversas reuniões para protestar contra aqueles visitantes indesejáveis (*O Tribuno* de 05/09/1866). Militava ao seu lado outro republicano afamado e amigo de longa data, Affonso de Albuquerque Mello. O local dos encontros era o popular bairro de São José, precisamente o largo da igreja-matriz. Nestas reuniões, pelo que registraram a imprensa e as autoridades da época, outros assuntos do interesse da população livre que habitava, trabalhava ou detinha pequenos negócios no Recife eram também discutidos e associados à comunidade portuguesa.

Em meio dos ataques aos portugueses, sempre se falava, naquelas ocasiões, de um velho projeto que agitou o Recife na década de 1840: *o da nacionalização do comércio a retalho*. A situação desse ramo de negócio a varejo, sempre associado à comunidade portuguesa, continuava a desagradar e indignar a maioria dos moradores livres da capital e de algumas cidades do interior de Pernambuco, que almejavam simplesmente trabalhar num balcão de loja ou mesmo possuir um pequeno estabelecimento comercial. A defesa do

---

\* Professora doutora do Departamento de História da UFPE.

trabalhador nacional em geral, e não apenas dos empregados no comércio, integrava também a pauta de reivindicações populares.

Assinaladas pela historiografia, as manifestações populares contra os portugueses acompanharam a história do Império, especialmente em seus principais núcleos urbanos, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife na primeira metade do século XIX. Estimuladas pelas disputas das elites em torno da Independência e da construção do Estado nacional, elas frequentemente explodiriam de forma violenta escapando ao controle do grupo social dominante que, em diversas ocasiões, até as havia instigado. A fase áurea destas manifestações na Província de Pernambuco ocorreu em meados da década de 1840, precisamente entre 1844-1848, período que acompanhou a ascensão e a queda do Partido Praieiro. Nesta quadra, o Recife vivenciou nada menos que sete destas manifestações tumultuadas e violentas.

Conhecidas como *mata-marinheiros*, as manifestações contra a comunidade lusitana dos tempos da Praieira resultaram em muita violência e quebra-quebra na capital de Pernambuco, acabando unindo liberais e conservadores contra elas, embora os primeiros, em sua luta para substituir os segundo no governo, houvessem, a princípio, procurado cativar o apoio da população com discursos antilusitanos. Além da violência e de seu caráter popular, o antilusitanismo tinha feição nitidamente urbana, sendo seus principais redutos a cidade do Recife e, na zona da mata, a de Goiana. Por sua vez, estas manifestações quase nunca ocorriam isoladamente, mas sim em consonância com outros protestos e movimentos sociais, como os motins da "soldadesca" e as rebeliões da elite proprietária.

Sem dúvida alguma, foi este antilusitanismo que deu "sentido social" à Rebelião Praieira. Para a gente envolvida naquele tipo de protesto, que remontava à luta pela Independência, era difícil entender como, realizada a Emancipação, os portugueses continuavam a ter emprego e negócios, em detrimento de muitos brasileiros que viviam na miséria. Seu projeto de *Nação*, portanto, não se descuidando do problema das desigualdades sociais, passava ao largo do das elites. Todavia, como as suas reivindicações poupavam a escravidão e o latifúndio de seus ataques, podiam ser toleráveis e negociáveis pelas elites em suas disputas internas pelo poder, como correu durante o confronto entre praieiros e *guabirus*. No curso desse embate, os *praieiros* chegaram a defender sem sucesso no Parlamento um projeto, em 1848, que tornava privativo dos brasileiros o comércio a retalho.

A violência e o quebra-quebra associados a tais protestos, por outro lado, não podem ser simplesmente consideradas como um fim em si mesmo ou como uma ação desmedida da multidão, pois inúmeras destas mobilizações funcionavam como forma de pressão popular

para alcançar determinados objetivos sociais. Sob esta ótica, o recurso à violência seria uma tentativa popular de “negociação coletiva” com as elites via arruaça (HOBSBAWM, 2000: 20). O exemplo do Mata-marinheiro Colégio foi emblemático neste sentido. Depois de dias de violência que resultaram em morte, os amotinados encaminharam duas representações a Assembléia Provincial. A primeira, radical, exigia a nacionalização do comércio a retalho e a imediata expulsão de todos os portugueses solteiros residentes na província. A outra, mais moderada, pedia apenas a nacionalização do comércio a retalho e a garantia de trabalho para os nacionais. A intenção deste texto é discutir a presença e a dimensão social do antilusitanismo no Recife, num período ainda pouco abordado pela historiografia: o final da década de 1860.

Naqueles idos de 1866, o clima não era dos mais amistosos nas relações luso-brasileiras no dia a dia da capital de Pernambuco, a tal ponto que, lá de Portugal, a imprensa revelava-se temerosa “Pella segurança de vida e propriedade dos súditos portugueses residentes nessa província”, segundo o *Diário de Pernambuco* de 11/09/1860. Tamanha era essa preocupação que se cogitava em Lisboa da necessidade de um navio de passageiros, abarrotado de patrícios com destino ao Recife, vir escoltado pela marinha de guerra portuguesa. A chegada dos ditos navios de guerra realmente se deu e foi o pivô do confronto de rua entre a população da capital e a força pública.

A data de chegada destes dois navios foi o dia seis de setembro, véspera do dia Independência. As comemorações da Emancipação que duravam dias, além das solenidades oficiais de práxis, já haviam sido marcadas por um mata-marinheiro famoso, em 1844, quando por três dias consecutivos a capital foi palco de muito quebra-quebra e espancamento de portugueses. Provavelmente devido a essa lembrança, cautelosamente, os capitães daquelas embarcações recém-chegadas ao porto do Recife, cuidaram no dia sete “de embandeirarem (...) o pavilhão brasileiro”. No dia seguinte a este ato, “por cortesia de cavalheiros” e “respeito à nacionalidade” amiga, foi a vez do brigue Itamaracá desfraldar o pavilhão lusitano. Entretanto, a confraternização entre as duas nações no mar, contrastava com o que estava acontecendo em terra firme (*Diário de Pernambuco*, 11/10/1866).

No mesmo dia sete, uma festa no Forte das Cinco Pontas organizada para receber a tripulação daquelas embarcações e tida também como comemorativa da Independência, terminou em pancadaria entre brasileiros e a Guarda Nacional. Assim, a gente não convidada para o evento, mobilizada para protestar nos arredores do animado quartel por Borges da Fonseca, terminou se atracando com a força pública encarregada de garantir a ordem no local.

Esclarecendo mais tarde os motivos que levaram os manifestantes a se pronunciarem contra aquela recepção e festa, *O tribuno* a considerou um verdadeiro atentado à nacionalidade brasileira. Razões, no seu entender, não faltaram para o pau cantar no evento. Aqui, cabe nos distanciarmos dos fatos propriamente ditos e nos atermos ao relato do publicista dirigido ao seu público. Nele, se procurou passar realmente a idéia da realização de uma espécie de “festim diabólico”, ofensivo à nacionalidade brasileira na sua principal data cívica:

*Foi bem escolhido o lugar para o baile dos fidalgos, o 5º batalhão nacional desta cidade, dado aos portugueses.*

*Foi nas Cinco Pontas que d. João VI, em 1817, e Pedro I, em 1824, fizeram dançar na corda bamba a muitos patriotas, cujo único crime era quererem de coração a liberdade e a independência da Terra de Santa Cruz.*

*Naquele baile haviam de estar os portugueses a rir como doidos, recordando-se dos tempos em que (...) levavam este pobre povo brasileiro a palmatória e o Chicote. (O Tribuno de 11/09/1866)*

Nas suas considerações, sugeria o jornal que a festa teve ainda um custo exorbitante, de cinco contos de réis! Talvez dinheiro galego, concluía. Para piorar o cenário pintado, denunciava-se: “embrulharam a bandeira brasileira na portuguesa e assim saudarem a unidade dos dois povos irmãos”. E essa imagem do pavilhão nacional enrolado no lusitano era bem enfatizada e apresentada como uma representação que traduzia o estado sobranceiro dos brasileiros diante dos seus antigos colonizadores! Concluindo, a matéria só elevava os ânimos dos recifenses ao dizer que a algazarra e insolência da galegada poderiam vir abaixo diante da disposição dos “cabras” de lhes cobrarem satisfações no tapa. Relato tão contundente e que associava distinções éticas com nacionalidade, só alimentava mais tensões entre a população nativa e a estrangeira (*O Tribuno* de 15.09.1866). O tumulto do dia sete teve ainda desdobramentos no seguinte, mas seria no dia trinta que, uma outra manifestação, no mesmo bairro de São José, resultou num novo confronto de proporções maiores entre manifestantes, de um lado, e a polícia e a Guarda Nacional, do outro.

Independente da chegada dos navios, da festa e do pau cantar nos dias sete e trinta de setembro, pelo que se lia no jornal *O tribuno*, queixas e denúncias contra os portugueses estavam mesmo na ordem do dia no Recife, tal e qual nos tempos da Praieira. Vejamos algumas delas. No dia 09 do corrente, um *caixeiro* português de uma loja de louça da Rua do Crespo deu um tiro de revólver num brasileiro *empregado* na loja de louça da Rua do Rosário. Outra notícia falava de uma bordoadada levada por um moço da Guarda Nacional por um português, na Boa Vista. E não parava por aí *O tribuno*. Outra matéria, denominada

de “modelo dos maridos galegos”, dava conta da surra levada por uma brasileira do seu esposo lusitano, é claro! No final o jornal avançava: “continuem as brasileiras a casarem-se (sic) com os Galegos, já que são bastante sem vergonha para se abaterem diante de corja tão vil e detestável”(O Tribuno, 25/03/1867). Atribuía-se ainda aos galegos, os males da nefasta emissão de papel-moeda que tanto gerava a carestia e enchia os bolsos de quem vivia de vender a varejo à população (O Tribuno,18/12/1867). Recomendações para só se comprar no varejo nas lojas de brasileiros também eram freqüentes. Alusões à identidade racial da população não faltavam em meio a todas essas denúncias: “esses atos dos portugueses são para ensino de nós, os cabras!”, lia-se na imprensa (O Tribuno, 18/09/1866).

Olhando bem, *O Tribuno* exagerava e deturpava as origens desses males, mais eles existiam e muito preocupavam os habitantes do Recife. Para uma cidade que via sua população livre crescer na segunda metade do século XIX, impulsionada em grande parte pelo êxodo rural e sem contar a seu favor com uma economia em expansão ou diversificada, qualquer sinal de preferência de estrangeiros em detrimento de brasileiros nos postos de trabalho desagradava a quem perambulava de rua em rua em busca de ocupação. O problema da escravidão, por outro lado, embora em franco declínio, tornava preocupante a sorte dos livres que zanzavam em busca de ocupação, numa capital onde 10,8% da população era constituída de cativos, em 1872 (CARVALHO e MAIA, 1999:78). Além do mais, em tempo da Guerra do Paraguai, a eterna questão do mercado de trabalho livre, ganhava maior proporção, já que os brasileiros, sempre na eminência de serem recrutados, viam-se ameaçados de perder seu lugar no trabalho para um português, que era isentado daquele “imposto de sangue”. Era de se esperar, portanto, que nesse momento crítico da Guerra a questão dos portugueses voltasse de novo à tona, se é que em algum momento estivesse esquecida no Recife. **Note-se por fim que a Guerra trouxe muita inflação, devido à derrama de papel moeda para financiá-la.**

No tocante a competição por postos de trabalho, a título de amostragem, na secção dedicada a emprego no *Diário de Pernambuco*, nos meses de outubro a dezembro de 1866, o ofício de caixeiro, denominação genérica de quem labutava no comércio, sempre despontou entre os anúncios daqueles livres que procuravam e ofertavam trabalho. Caixeiros eram requeridos para trabalhar em escritórios, balcão de padaria, tabernas, engenhos e para distribuir pão na rua e fazer cobranças. A diversidade de atividades ligadas a caixeiragem exposta nos anúncios nos remete a hierarquia existente neste mundo do trabalho, pois um caixeiro responsável por distribuir pão não poderia ser comparado ao

empregado de escritório, requerendo-se de um, uma melhor qualificação que do outro. A própria Constituição, ao incluía apenas *os primeiros caixeiros das casas de comércio* entre cidadão como direito voto, remetia a dita hierarquia.

A vida dos caixeiros estrangeiros não era fácil naqueles tempos. Seu trabalho era duro e penoso, não vivendo a maioria deles em condição de trabalho privilegiada. Jornadas de trabalhos longas, endividamento para com seus patrões, muitos dos quais financiavam suas vindas para o Brasil e os mantinham presos a débitos infindáveis, acompanhavam suas vidas. A violência também marcava as suas existências, como seria de se esperar numa sociedade escravista. Em sua maioria, ingressavam no trabalho muito jovem, com menos de doze anos, com o tempo alguns podiam ir progredindo naquela lida, galgando às hierarquias da profissão, mas, para tanto, era imprescindível ler e escrever. Durante o tempo de aprendizagem do ofício, não recebiam remuneração, sendo muito sofrida, portanto, sua condição de vida. Porém, para os brasileiros em busca de emprego isso não importava, o que pesava mesmo era serem preterido pelos estrangeiros no trabalho do comércio, numa cidade mercantil como o Recife, cuja população crescia estimulada principalmente pelo êxodo rural, numa proporção superior ao ritmo de sua economia.

Para além da atividade de caixeiro, queixas também contra artífices estrangeiros não faltavam. No *Diário de Pernambuco* de 06/09/1876, rememorando inclusive o tempo do Barão da Boa Vista, alguém com o pseudônimo de “Um Artista Liberal”, protestava contra o desperdício de dinheiro público investido na construção de ponte de ferro em detrimento das de madeira, por gerar menos emprego “*para os artífices nacionais*”(Diário de Pernambuco, 06/09/1876). Portanto, pelo que se lia na imprensa, a questão da concorrência estrangeira por trabalho no Recife não se restringia somente ao setor mercantil.

Não restam dúvidas de que na década de 1860 a presença portuguesa no comércio permanecia marcante na Província. Segundo o Relatório do Presidente da Província para o ano de 1865, dos 450 estrangeiros vindos de fora do Império, 327 tinham procedência de Portugal, sendo a sua maioria constituída de homens (433) cuja principal ocupação era o comércio, seguido depois das artes e indústrias (Relatório do Presidente da Província, 1866: 58). Além dos imigrantes portugueses que chegavam a Pernambuco na altura da segunda metade do século XIX, deveria haver outros tantos naturalizados e seus descendentes nascidos em solo brasileiro que também acabavam identificados como estrangeiros aos olhos da população nativa. Para esta, especialmente a menos abastada, que ia às ruas para comprar pão, farinha e carne seca, a complexa cadeia mercantil e financeira resumia-se, simplesmente, às suas relações com os bodegueiros ou os donos de estabelecimentos de

secos e molhados lusos que os exploravam. Ressalta-se, por outro lado, que no bairro de São José, local das reuniões antilusitanas, havia muitos estrangeiros significativamente empregados também como “criados e jornaleiros” e no “serviço doméstico”. (Recenseamento da População do Império, 1872).

Entre as pessoas convidadas para tais reuniões e que prestaram depoimento à polícia, estavam três modestos comerciantes, sendo dois da Boa Vista. Um deles, Francisco das Chagas Moreira de Carvalho, natural de Pernambuco, era dono de uma taberna na Rua do Pires. Segundo suas declarações, recebera um convite para a referida manifestação da parte de outro comerciante, que lhe falara da separação do Norte, fim da monarquia e em “deitar fora os portugueses”, bem como na possibilidade dele vir a ascender da condição de pequeno para a de grande comerciante, após a expulsão da galegada. O interrogado demonstrou ainda descrença e descaso diante da proposta de instalação de uma República no país, ao afirmar que só a apoiaria se “quisessem fazê-lo presidente (...) ou a um homem do povo ou da poeira”. Prestaram também esclarecimento sobre as ditas reuniões populares, um caixeiro, um artista e um empregado das vias férreas. Este último teria declarado ouvir os oradores falarem na organização de uma “Confederação do Norte porque a Corte não se importa com os pernambucanos” e que o governo os despachava para frente de combate para exterminá-los. **Todos os indagados, apesar de bem informados sobre os assuntos discutidos nessas reuniões e mesmo tendo alguns as prestigiados, eximiram-se de qualquer interesse pelas mesmas, certamente por acharem-se** diante da polícia (Polícia Civil, 1866: “64 a 67 e 70 a 76).

Porém, as pessoas que cercavam Borges da Fonseca reuniam-se não apenas para atacar os portugueses. Esses encontros de rua, denominados de *meetings*, tiveram suas origens ligadas às eleições na época da Praieira e chegaram ao seu auge na eleição senatorial de 1847. Houve contemporâneos, como o conservador Belizário Soares de Souza, que procuraram apartar o povo destas reuniões, que hoje corresponderiam aos comícios. Porém, os populares não se distanciavam dos meetings, pois uma boa parte deles, na condição de votantes, era cortejada pelas elites em diversas ocasiões da disputa político-partidária, particularmente nas cidades, onde o voto de cabresto tinha certos limites.

Os *meetings* de 1866 também trataram de assuntos eleitorais e defenderam o voto universal. Na oitava reunião, no mesmo Bairro de São José, após os acontecimentos de setembro, um dos assuntos em pauta seria o da organização “de comícios eleitorais para a próxima eleição de fevereiro”. Na convocatória para o evento, explicitava-se que os oradores tratariam da luta pela nacionalização do comércio a retalho, mas ao mesmo tempo

de “convencer o povo da necessidade de não abandonar à eleição, sendo condição indispensável não receber chapa de caixão: devendo conferenciarem nas freguesias para fazerem eleitores os artistas, e não os fidalgos, e nem a algum agente da polícia” (O Tribuno, 18/12/1866).

Desse modo, recomendando aos votantes a não se dobrarem às chapas prontas dos chefes de partidos que não representavam seus interesses, o jornal prosseguia em suas recomendações ao seu eleitorado, sempre identificado como “os pobres”, a procurarem “outros pobres que com eles e como eles padecem para no Parlamento dizerem aos filhos da terra quais são os males para os quais o povo, que são os pobres, pedem remédio (O Tribuno, 25/01/1867). Posição que depois declinaria em fevereiro de 1867, quando Borges da Fonseca, comunicaria que seu “partido popular” iria apoiar o Partido Progressista, certamente após avaliar a inviabilidade de qualquer candidatura independente dos partidos imperiais, que agora eram três: liberal, conservador e progressista. Todos representativos dos interesses da classe dominante.

Uma questão importante, mas de difícil resolução, é a da magnitude da adesão da população àquelas reuniões em 1866. Foram muitos ou poucos os que compareceram as manifestações antilusitanas? A imprensa, como sempre, dependendo de sua orientação, apresenta cifras tendenciosas sobre o número de pessoas envolvidas nestes eventos e as autoridades tendem a minimizar tudo que lembre desordem, ficando, portanto, muito complicado mesurarmos o número de manifestantes arregimentados por Borges da Fonseca a partir de ambos. Os simpatizantes da causa falavam de 300, 400 e até 1.200 pessoas reunidas, já os inimigos reduziam ao extremo estas cifras (Tribuno, 20 e 28/11/1867). É provável, entretanto, que essas manifestações congregassem muita gente como no passado, embora não assumissem, em 1866, a dimensão social daquelas ocorridas no tempo da Praieira. Uma briga individual, por exemplo, envolvendo um português e um brasileiro, não evoluiu para um Mata-Marinheiro. Morre ali mesmo! E a chegada de navios de guerra portugueses, tão alardeada, não fez a capital explodir em quebra-quebras e espancamentos, havendo apenas o embate localizado entre os manifestantes e as autoridades policiais.

Todavia, independente do número de pessoas reunidas, as autoridades não pouparam esforços para reprimir os manifestantes em 1866! A violência ao *meeting* do dia trinta de setembro levou até Castro Alves a dedicar um poema, *O povo no Poder*: “A praça é do povo como o céu é do Condor”, dizia um dos seus mais conhecidos versos (O Tribuno, 18/12/1866). Nos acontecimentos daquele ano, portanto, o antilusitanismo ainda estava bem vivo entre os populares, assim como a truculência policial.



Porém, outras questões despontam ao lado do antilusitanismo: abolição e Guerra do Paraguai. Sem força noutros tempos, a abolição agora começava a ganhar destaque na imprensa e entre os habitantes do Recife ao longo das duas últimas décadas do Império, pois embora em declínio, a escravidão continuava muito presente no mundo do trabalho da capital. Quem folhear *O Tribuno* consta que o tema da abolição desponta com mais frequência e relevo em suas páginas. Afinal, o problema já começava a entrar na agenda do Imperador e de alguns políticos, embora não encontrasse nenhuma base de apoio segura no Parlamento. Ao mesmo tempo em que o governo ao determinava a alforria dos escravos que fossem para a Guerra. Não deixando o meetings n bairro de São José de tocar nesse assunto, segundo o relato atento do subdelegado da freguesia (*O Tribuno*, 17/10/1867).

Assunto do momento, o recrutamento para a Guerra, na medida em que o conflito deixava de ser defensivo e prolongava-se com muitas baixas, só podia ganhar destaque nas vozes e escritos de Borges da Fonseca e Affonso de Albuquerque, os quais, incansavelmente, condenavam as autoridades por despacharem para o front apenas a população livre pobre e de arregimentar os escravos com promessas de liberdade, enquanto poupava os portugueses e até os naturalizados daquela carnificina, assim como os “fidalgos de Pernambuco” (*O Tribuno*, 17/10/1867). A este respeito, o mesmo jornal, em 20/12/1866, desatacava o privilegiado grupo isentado do recrutamento desabafando: “Vamos nós outros filhos do povo morrer para os fidalgos de mãos dadas com os galegos prostituírem nossas mulheres, nossas filhas, nossas irmãs, nossas primas, nossos parentes!”.

Ao olharmos atentamente as mobilizações antilusitanas de 1866 pudemos verificar a continuidade e persistência daquelas manifestações de ruas, a sua extrema afinidade com um bairro habitado pelas classes subalternas e como elas contribuíram para esta população trocar experiências entre si, discutir outros problemas sociais que a afetava e se posicionar diante de questões das políticas do momento, enfim organizar-se enquanto cidadãos.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira**. Pós-Graduação em História da UFPE, dissertação de mestrado, Recife, 2005.

CARVALHO, Marcus J. M. de Carvalho e MAIA, Clarissa Nunes. *Recife, 1840-1880: políticas públicas e controle social* ( pp. 72- 87). In: Batista, Marta Rossetti e GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Cidades Brasileiras II. Políticas Urbanas e dimensão cultural*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1999.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *O Antilusitanismo e a questão social em Pernambuco, 1822-1848*. In Mirian Halpern PEREIRA (organizadora). *Actas do colóquio internacional sobre Emigrante e Imigração em Portugal (Séc. XIX e XX)*. Ed. Fragmentos, Lisboa, Portugal.

APEJE, Polícia Civil, 1866, Vol. 97, pp. 64 a 67 e 70 a 76. Arquivo Publico Estadual Jordão Emereciano, Recife.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletariado de casaca; trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA João Lustosa da Cunha Paranaguá apresentado a Assembléia legislativa, 1º de março de 1866. Recife, Typografia do Jornal do Recife, p. 58,

<http://www.crl.edu/content/brazil/pern.htm>. Acessado em 10.11.2007.

RECENSEAMENTO DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, em 1872,

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza\\_colecao\\_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Província%20de%20Pernambuco&link=Provincia%20de%20Pernambuco#](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Província%20de%20Pernambuco&link=Provincia%20de%20Pernambuco#), Acessado em 20.12..2007.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção. Identidade e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ - Relume Dumará, 2002.